

ENTRE MEMÓRIAS E MONUMENTOS: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DA SOCIEDADE CAMPO-GRANDENSE COM OS BENS PATRIMONIAIS

Between memories and monuments: an analysis of the relations of Campo Grande society with heritage assets

Alyson Matheus de Souza^{1*}

Andrey Minin Martin^{2**}

RESUMO

O presente trabalho tem como proposta analisar o estabelecimento de bens patrimoniais e monumentais em Campo Grande/MS e a relação da sociedade campo-grandense com o espaço e a memória, a partir da ideia de “marcos oficiais de fundação da cidade”, tendo como mote os chamados “Obelisco” e “Carro de Boi”. Nossa proposta é problematizar como estes monumentos têm se inserido no cotidiano dos campo-grandenses por meio de atos e intervenções que possibilitam sua ressignificação a partir de questões do tempo presente. Amparada em um debate histórico e antropológico, a presente investigação analisa como as relações entre pessoas, espaço, materialidades e memórias influenciam na construção de sentidos sobre a cidade e sua história, evidenciados em documentos do poder público local e veículos eletrônicos de notícias. Busca-se, portanto, entender como os monumentos analisados, projetados para presentificar o passado, podem ser considerados materialidades envolvidas em disputas e tensões, propensas a transformações simbólicas e materiais, a depender dos acontecimentos ocorridos em seus entornos.

Palavras-chave: Patrimônio; memória; Campo Grande-MS.

1 * Doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Membro do Grupo de Antropologia da Devoção (Museu Nacional/UFRJ), do Laboratório de Antropologia do Lúdico e do Sagrado (Museu Nacional/UFRJ) e do Grupo de Estudos Fronteiriços (UFMS). Contato: alyson.stn15@gmail.com

2 ** Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista/UNESP, com estágio de pesquisa/FAPESP na University of Tennessee-EUA. Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá/UEM e Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS. Tem experiência no ensino Básico e Superior. Atualmente é docente no curso de História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e membro do Mestrado Profissional em Ensino de História/ProfHistória. Contato: andrey.martin@ufms.br

ABSTRACT

The present work proposes to analyze the establishment of heritage assets and monuments in Campo Grande/MS and the relationship of Campo Grande's society with space and memory, based on the idea of "official landmarks for the foundation of the city." Based on the so-called "Obelisco" and "Carro de Boi," we problematize how these monuments were inserted into the daily life of the Campo Grande's population with acts and interventions that allow their resignification with questions of the present time. Supported by a historical and anthropological debate, the present investigation analyzes how the relationships between people, space, materialities, and memories influence the construction of meanings, from the present to the past, about the city and its history, evidenced in documents of the local public power and electronic news. Therefore, we seek to understand how the analyzed monuments, designed to present the past, can be considered materialities involved in disputes and tensions, prone to symbolic and material transformations depending on the events in their surroundings.

Keywords: Heritage; memory; Campo Grande-MS.

Introdução

Diversas cidades brasileiras, como grande parte das metrópoles mundiais, possuem diversos monumentos inseridos em sua paisagem, visando narrar a história da sua população e do seu país. Ligados comumente a marcos fundadores, como pessoas e famílias ilustres, buscam manter vivos aspectos seletivos de um passado glorificado marcados no tempo presente. E no caso da cidade em análise não é diferente.

Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, possui atualmente cerca de vinte monumentos espalhados por diferentes localidades visando destacar diferentes eventos históricos que marcam, por exemplo, a fundação da cidade, assim como a presença de diferentes povos na região. Grupos indígenas, quilombolas, bolivianos, paraguaios e japoneses são traduzidos nestes espaços no sentido da construção da urbe heterogênea, plural e migrante. Assim, para quem percorre a cidade, a capital sul-mato-grossense é compreendida como uma zona de intenso diálogo entre diferentes culturas e povos.

Porém, um exame mais minucioso dos últimos anos sobre ocorrências ligadas a estes monumentos nos revela distintas posições e interpretações em relação a sua presença. Emaranhadas a notícias sobre atos de depredação, em diferentes formas, ou mesmo opiniões expressas em distintos veículos de comunicação, se escondem inúmeras possibilidades de entender como tais monumentos se inserem no cotidiano de sua população. Desta forma, nossa proposta é analisar os processos históricos de formação da cidade de Campo Grande e as relações da população com a memória local a partir de seus monumentos.

Foram analisados dois monumentos instalados na cidade, Obelisco e Monumento Carro de Boi, popularmente conhecido somente como Carro de Boi, que também recebe outras denominações: Monumento aos Desbravadores, Monumento aos Pioneiros e Monumento aos Migrantes. Neste trabalho será adotada a forma popular de mencioná-lo: Carro de Boi. São observados a partir de um conjunto de relações/interações que operam no tempo presente da cidade, entre atos de pichação e depredação, classificados pela mídia local e o poder público como vandalismo, mas que podem tanto configurar formas de destruição dos monumentos como mecanismos de (re) inscrição dos mesmos no tempo presente.

Assim, inserida no debate sobre patrimônio, cidades e memória (LE GOFF, 1996; CHOAY, 2000; FABRE, 2019 [2002]; GONÇALVES, 2005; 2012; PATERMAN, 2015; VELHO, 2006), a temática abrange uma ampla gama de aspectos que devem ser levados em consideração, no entendimento de que, além dos aspectos inerentes à monumentalidade, os atos e ações ocorridos em seu entorno — como nos casos que aqui serão analisados — não podem ser traduzidos de uma forma homogênea e generalizante, cabendo, portanto, serem encarados como elementos constituintes da própria existência do monumento (GIUMBELLI, 2013; LUKINOVIC, 2019).

Desta forma, serão abordadas análises realizadas entre os anos de 2020 e 2022 a partir de um mote documental amplo e conectado à bibliografia em questão, na observação de aspectos que permeiam a conservação e políticas públicas relacionadas aos monumentos, bem como uma discussão sobre a destruição dos mesmos, desencadeando nuances da ocupação do espaço público por diferentes grupos.

Ao longo de todo o trabalho, buscou-se entender como a cidade e sua população estabelecem relações com seus monumentos, sem pensá-los enquanto formas estáticas, imutáveis; pelo contrário, o objetivo perseguido foi lançar luz sobre a instabilidade que permeia os monumentos,

a sua capacidade de transformação constante. Isto posto, serão percorridos possíveis caminhos de problematização sobre as materialidades da memória na cidade, as narrativas e as representações construídas pela população local.

Diante disso, o estudo aqui levado a cabo busca se inserir no contexto das discussões que contemplam patrimônios culturais na contemporaneidade e estudos relacionais à memória e a sua inscrição no espaço público.

Campo Grande: história, memória e monumentos

Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, foi fundada por volta dos anos de 1870. Acredita-se que o surgimento da cidade resulte da povoação da região por uma comitiva de migrantes com origem no estado de Minas Gerais, liderados por José Antônio Pereira, personificando, como em outros locais, no tempo presente a ideia dos “pioneiros” e “desbravadores”. Este grupo se estabeleceu na confluência dos córregos Prosa e Segredo, onde desenvolviam atividades agropastoris. Cabe salientar que, de acordo com a historiografia local, suspeita-se ter havido no mesmo período a presença de outros grupos na mesma região³, o que torna o processo de fundação da cidade um evento histórico complexo e heterogêneo — além de diferir, em certa medida, do discurso oficial sobre o surgimento da cidade, que enfoca o protagonismo dos migrantes mineiros e de José Antônio Pereira.

Para tratar de Campo Grande torna-se necessário retomar a criação do estado de Mato Grosso do Sul, no qual a cidade encontra-se situada. O estado foi criado em 1977, em razão da divisão do antigo estado do Mato Grosso. As movimentações para a emancipação política tiveram início ainda na década de 1930, protagonizadas pelas elites econômica e política que habitavam a região

3 De acordo com Weingärtner (1995, p. 4), a localidade onde se encontra Campo Grande já era habitada por outros grupos antes da chegada da comitiva chefiada por José Antônio Pereira. A autora cita que havia “na região, o poconeano João Nepomuceno e algumas famílias camapuanas fixadas ao longo do córrego Prosa, onde cultivavam suas roças”. Além deste grupo, também migrou para a região outra comitiva oriunda de Minas Gerais, esta chefiada por Manuel Vieira de Souza. Por fim, Weingärtner diz que “a história oral admite que José Antônio Pereira não é o primeiro desbravador a instalar moradia na confluência dos córregos Prosa e Segredo; ela aponta, também, a existência de uma comunidade negra, no Cascudo, hoje Bairro São Francisco, contemporânea à chegada dos primeiros desbravadores descendentes dos portugueses” (p. 4-5).

sul do antigo Mato Grosso, onde estava localizada Campo Grande. Estes grupos projetavam a cidade como símbolo da modernidade, aberta ao desenvolvimento e ao progresso, sendo um contraponto à cidade de Cuiabá (capital do Mato Grosso) e à região norte do antigo estado, apontada pelos residentes da região sul do estado como símbolo do “atraso” (DAL MORO, 2015, p. 8).

Por volta dos anos 1930, Campo Grande era considerada polo econômico e político do antigo Mato Grosso, reunindo diversos grupos econômicos do estado, como pecuaristas, industriais, agricultores, artesãos, comerciantes (WEINGÄRTNER, 1995, p. 8), que estavam intimamente envolvidos com as tomadas de decisões políticas. O desenvolvimento da cidade esteve por muito tempo atrelado, principalmente, à atividade agropastoril, considerada a base da economia de toda a região (WEINGÄRTNER, 1995, p. 9).

A relevância do labor rural para a consolidação da autonomia do Mato Grosso do Sul frente a seu vizinho ao norte não estava refletida somente em aspectos econômicos e políticos, mas também naqueles de natureza sociocultural. A criação de um “novo estado” ligava-se ao surgimento de um “novo povo”, engajado em se reafirmar como um grupo específico, com identidade e cultura próprias, inspirado, sobretudo, pela ruralidade.

Durante esse processo de “invenção” da sua cultura (WAGNER, 2017), a população campo-grandense demonstrava manter estreita ligação com as características culturais remanescentes do seu passado rural. Os elementos rústico e caipira predominavam — e ainda predominam — como forma de identificação da sociedade em questão e o “modo de ser campo-grandense” sustentava-se através da cultura caipira, a qual estima-se ter chegado à região ainda em fins do século XVIII (REIS, 2002). Conforme aponta o autor, “a principal característica dessa cultura consistia na rusticidade, resultado do encontro de padrões culturais europeus, no caso específico de espanhóis e portugueses, com os de etnias indígenas, modelando esses últimos, em grande parte, o modo de ser da população local” (p. 42).

Além da influência da ruralidade e do “modo de ser caipira”, expressão um tanto pejorativa por muito tempo adotada para a região, Campo Grande buscava se diferenciar de seus vizinhos ao norte recorrendo a elementos culturais oriundos de outros povos que também ocupavam a cidade, como os fronteiriços (bolivianos e paraguaios), indígenas (guarani-kaiowá, kadiwéu, terena, entre outros), imigrantes/migrantes (árabes, alemães, italianos, japoneses, bem como baianos, gaúchos, mineiros, paulistas, entre outros) e, também, pantaneiros. Com isso, a formação da sociedade local projetava a multiplicidade cultural, étnica e identitária presente na região.

Atualmente, é possível identificar, por meio de aspectos como o artesanato, a culinária, a dança, a moda e a música, indícios da contribuição dos diferentes povos que coabitam a cidade. Junto a isso, em pontos espalhados pela urbe, podem ser visualizadas homenagens aos povos e às culturas que contribuíram com a construção da identidade e da cultura campo-grandenses. São monumentos e locais culturais e históricos construídos com o objetivo de relembrar constantemente à população as suas origens.

Campo Grande possui diversos bens materiais culturais, históricos e memorialísticos. São materialidades que homenageiam tanto figuras, grupos e eventos históricos — ligados ao surgimento e desenvolvimento da cidade e de sua população — como patrimônios ambientais. Segundo a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECTUR), a cidade dispõe de dezessete bens culturais considerados patrimônio cultural em nível municipal, que podem ser divididos em três grupos: patrimônio material (doze bens materiais tombados), patrimônio paisagístico (três bens naturais tombados) e patrimônio imaterial (dois bens imateriais registrados) (Tabela 1).

TABELA 1. Patrimônios culturais da cidade de Campo Grande/MS (entre parênteses constam os anos de tombamento/registro de cada bem cultural).	
Patrimônio Material	Obelisco (1975); Museu José Antônio Pereira (1983); Morada dos Baís (1986); Conjunto dos Ferroviários (1996); Colégio Osvaldo Cruz (1997); Escola Municipal Isauro Bento Nogueira – Sítio Histórico de Anhanduí (2003); Loja Simbólica Maçônica Estrela do Sul nº 3 (2004); Igreja de São Benedito (1996); Monumento Símbolo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2006); Loja Maçônica “Oriente Maracaju” (2007); Imóvel sede do Rádio Clube (2012); Conjunto arquitetônico do Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (2019).
Patrimônio Paisagístico	Árvore da rua da Paz quase esquina com a rua Rio Grande do Sul (2009); 22 árvores da espécie <i>Ficus microcarpa</i> e os canteiros centrais da avenida Mato Grosso, entre a rua Pedro Celestino e a avenida Calógeas (2011); Canteiro central e das árvores octogenárias da avenida Afonso Pena (2019).
Patrimônio Imaterial	Prato típico “Sobá” (2006); Feira Central de Campo Grande (2017).

FONTE: SECTUR/Campo Grande.

Além dos patrimônios em nível municipal, Campo Grande dispõe de cinco patrimônios em nível estadual, a saber: Acervo de Artes Plásticas de “Lydia Baís” (1998); antigo prédio do Quartel-General da 9ª Região Militar (1994); Casa do Artesão (1994); Escola Estadual “Maria Constança de Barros Machado” (1998); Igreja São Benedito “Tia Eva” (1998); e Loja Maçônica “Oriente Maracaju” (2007).

Existem vários outros monumentos espalhados pela cidade e que não obtiveram seu tombamento. São obras artísticas que ressaltam a diversidade cultural da cidade e prestam homenagem, por exemplo, aos imigrantes japoneses (Monumento da Imigração Japonesa – 1979; Monumento do Sobá – 2009); às comitivas mineiras (Monumento Carro de Boi – 1996); às populações indígenas (Monumento à Zarabatana – 1993; Monumento aos Cavaleiros Guaicurus – 2004; Escultura Índia Terena – 2012); à comunidade negra/quilombola (Estátua do Preto Velho – 1995); às forças armadas (Monumento Histórico da Força Expedicionária Brasileira – inaugurado em 1999); e aos Maçons (Monumento ao Maçom – inaugurado em 2005). Há também monumentos voltados à fauna regional/pantaneira (Monumento das Araras – 1964; Monumento Pantanal Sul – 2000), além de obras arquitetônicas históricas, como residências e prédios comerciais, entre diversos outros.

Neste trabalho, nos debruçaremos particularmente sobre a interação da população campo-grandense com dois monumentos, o Obelisco e o Monumento Carro de Boi, os quais podem ser considerados “marcos oficiais de fundação da cidade”. O primeiro é considerado patrimônio cultural de Campo Grande, sendo o primeiro bem material tombado da cidade; já o segundo, popularmente conhecido como Carro de Boi, integra o conjunto de monumentos não patrimoniados da cidade. Ambos os monumentos possuem em comum o caráter de homenagem aos migrantes “pioneiros” no desbravamento da região conhecida hoje como Campo Grande, sendo projetados para perpetuar ao longo do tempo a imagem e a memória referentes àqueles sujeitos.

Obelisco

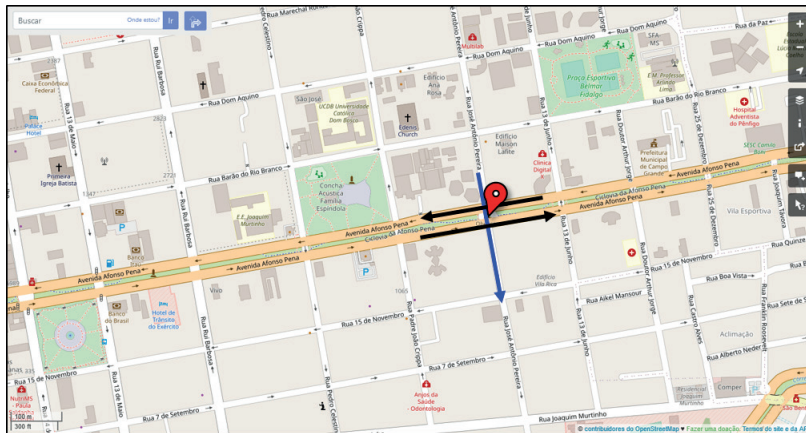
O Obelisco integra um conjunto de monumentos que visam homenagear José Antônio Pereira⁴, figura marcante da ocupação do território onde hoje está situada Campo Grande. Este monumento está localizado no cruzamento da Avenida Afonso Pena, principal via da capital, com a Rua José Antônio Pereira, na região central (Figura 1). Segundo dados de um texto elaborado por Santos (2020), disponibilizado no sítio eletrônico do Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA), a construção do Obelisco data de 1933, com inauguração no dia 26 de agosto do mesmo ano, data em que se comemora o aniversário da cidade.

Foi concebido durante a gestão do então prefeito Ítório Correa da Costa, sendo projetado pelo engenheiro e militar Newton Cavalcante, comandante da Circunscrição Militar naquele momento. O texto elaborado por Santos também informa que:

O monumento teria sido construído para marcar as comemorações do aniversário da cidade e para a preparação para a 1ª Feira de Amostras, onde seriam comercializados produtos agropecuários e industriais, feira esta que marca bem a posição da cidade como um importante polo da economia agropastoril na época (SANTOS, 2020, s.p.).

4 Vale ressaltar que a cidade conta com outras homenagens a José Antônio Pereira: um busto, idealizado pela colônia libanesa; um museu, alocado onde fora a residência dele e sua família; uma escola estadual que leva seu nome; uma rua na região central da cidade; um edifício na principal avenida da cidade, a Afonso Pena; e uma placa que o indica como patrono da primeira turma de formandos do Colégio Militar de Campo Grande, no ano de 1997.

FIGURA 1. Mapa indicando a localização do Obelisco (indicado na cor vermelha), no cruzamento da Avenida Afonso Pena (seta de cor preta) com a Rua José Antônio Pereira (seta de cor azul).



FONTE: Open Street Map.

Na Figura 2 se observa a estrutura do monumento, concebido por um pilar de alvenaria, com uso de tijolos maciços, formato de agulha piramidal medindo sete metros de altura, sobre uma base trapezoidal, totalizando cerca de nove metros de altura. Fixou-se à sua face principal uma efigie com o semblante de José Antônio Pereira, voltada para a avenida Afonso Pena, sobre a qual encontra-se o seguinte escrito: “Aos seus bravos fundadores. Homenagem de Campo Grande”⁵ (Figura 3).

5 Obelisco em Campo Grande. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/artigos/obelisco-de-campo-grande/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

FIGURA 2. Monumento “Obelisco” em Campo Grande/MS.



FONTE: Reprodução/JD1 Notícias. Data do registro: março de 2018.

FIGURA 3. Efigie com retrato de José Antônio Pereira, a qual compõe o Obelisco.



FONTE: <http://www.campograndems.net/monumentos.html>. Acesso em: 22 mar. 2022.

O formato de agulha piramidal do Obelisco remonta a uma representação do falo, seguindo uma tradição grega que se vale de monumentos com esse formato para exaltar a referida parte do corpo, símbolo da masculinidade. A verticalidade do monumento carrega a ideia de “avançar adiante”, sempre em linha reta, rumo ao progresso. Por trás dos elementos que compõem o monumento pode estar encoberto um projeto de desenvolvimento e progresso da cidade inspirado em figuras masculinas, bem como em visões de mundo orientadas pela ruralidade e pela cultura caipira.

Importa enfatizar a participação das forças militares no processo de constituição deste monumento, representadas na figura do então comandante Newton Cavalcante. Tal fato denota a proximidade da administração municipal com grupos militares no período de construção do Obelisco, em torno dos anos 1930. Este suposto elo sugere que a manutenção do poder local estaria atrelada à junção de forças políticas e militares, sendo o Obelisco um símbolo da cooperação entre ambos.

Com isso, evidencia-se uma possível leitura do monumento Obelisco enquanto instrumento de manutenção de poder (LE GOFF, 1996), pois sua construção exprime e reforça instâncias de poder consolidadas na localidade em que foi instalado. Geralmente, a narrativa que justifica a construção de um monumento é fruto de arranjos discursivos de uma parcela da sociedade que ocupa posições de prestígio e possui legitimidade para pontuar o que pode ou não se perpetuar no tempo através das materialidades ligadas à memória. Dessa forma, monumentos como o Obelisco não só comunicam acontecimentos do passado como também reforçam hierarquias sociais, políticas e econômicas, contribuindo para a instituição de poder e a organização das suas dinâmicas.

O Obelisco integra uma série de monumentos construídos em Campo Grande entre os anos 1930 e 1950 sob influência do estilo *art déco*. Foi o arquiteto alemão Frederico João Urllass quem imprimiu o estilo em obras arquitetônicas da cidade. O *art déco* foi uma tendência lançada na Europa em 1925 e se estabeleceu como referência arquitetônica no Brasil até os anos 1940. Caracterizou-se, de acordo com o ARCA, “pelo emprego de formas geométricas, linhas retas, molduras longitudinais retilíneas e figuras estilizadas” (ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE, 2006, p. 14).

Destaca-se que a tendência também serviu de referência para a construção de outras obras históricas na cidade: o Colégio Auxiliadora, em 1931; O Relógio da (rua) 14 de Julho, em 1933 (demolido em agosto de 1970 e reconstruído em 2000, desta vez no cruzamento das avenidas Afonso Pena e Calógeras); o Colégio Dom Bosco, em 1936. Convém também citar os já

demolidos Cine Santa Helena e Cine Alhambra, construídos em 1936, ambos sob influência do *art déco*.

Foi o primeiro monumento a se tornar patrimônio material municipal, cujo tombamento data de 09 de setembro de 1975, mediante aprovação da Lei Legislativa nº 100. O documento, pelo que tudo indica, foi concebido no âmbito da Câmara Municipal de Campo Grande, fruto de uma articulação que parece ter envolvido apenas vereadores, não contando com participação ativa do chefe da administração municipal da época.

O fato que pode ter motivado o tombamento do Obelisco teria ligação com a demolição de outro monumento, o Relógio da 14 de Julho, ocorrida em 1970, em nome da modernização da cidade. Portanto, tornar o Obelisco patrimônio material em nível municipal às vésperas da criação do estado de Mato Grosso do Sul — do qual Campo Grande se consagraria como capital — caracterizaria uma preocupação de figuras políticas da época não somente com as memórias associadas ao monumento, mas também com a destruição de uma materialidade que poderia se consagrar símbolo da identidade e da sociedade campo-grandense após a emancipação política do estado.

Neste sentido, a movimentação política capitaneada pelos vereadores em prol da proteção do Obelisco demonstraria o interesse de valorizar as memórias, os conceitos e os valores ligados àquela sociedade voltada à ruralidade, não negando todos os elementos da modernização em curso que avançava pela cidade, mas que, provavelmente, motivaria a destruição daquele símbolo, hipótese essa levantada por Marques (2006, p. 29):

Apesar das leis inibirem as ações de destruição, não as evitam, nem subtendem-se que serão conservadas ou reformadas, casas velhas continuam a serem demolidas discretamente, sob a conviência da sociedade.

Observe-se a história: em 1941 o Código de Obras e Posturas trazia um artigo que proibia reformas nas edificações com o intuito de prolongá-las, ou seja, oferecia a marreta – posto que a ânsia do novo justificava a destruição. O progresso institucionalizou a demolição de casas antigas, tradição que perpetuou-se no imaginário da cidade, daí perdemos tantos exemplares arquitetônicos, históricos e culturais. O argumento da administração municipal para a demolição do Relógio da 14 (hoje replicado na avenida Afonso Pena, próximo à avenida Calógeras), foi o desejo da população por sua retirada. Até hoje esta sociedade ainda não assimilou sua cultura, identidade e memória.

Ressalta-se que apesar da preocupação com a demolição do Obelisco ter inspirado vereadores a transformá-lo em patrimônio cultural, diretrizes voltadas aos processos de tombamento de bens materiais em âmbito municipal, bem como as práticas de preservação de patrimônios culturais, foram decretadas somente em 16 de junho de 1998, com a promulgação da Lei nº 3.525, que dispõe sobre a proteção de patrimônio histórico, paisagístico e cultural na esfera municipal.

Quando da sua construção, o monumento estava situado no ponto que indicava o limite do perímetro urbano. Atualmente, em decorrência do desenvolvimento da cidade, o Obelisco encontra-se situado no cruzamento de vias com expressivo movimento (a avenida Afonso Pena e a rua José Antônio Pereira). O fato de Campo Grande ter passado por transformações em sua paisagem urbana pode ter acarretado de alguma forma mudanças à estrutura do Obelisco e ao seu entorno, como resultado das práticas de preservação do monumento.

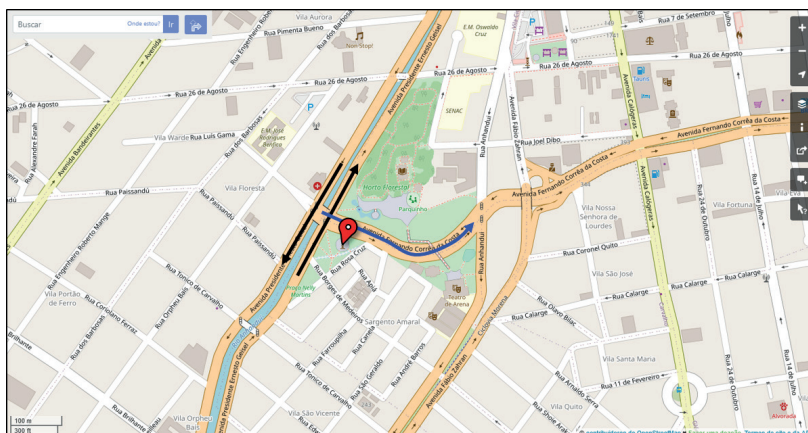
Vale pontuar que a forma do monumento se manteve praticamente a mesma desde a sua construção até os dias atuais e o local em que está situado também é o mesmo do período de sua inauguração. A alteração na estrutura do Obelisco mais evidente foi que, em algum momento da história, ocorreu a remoção de uma escadaria que havia sido instalada em um dos lados do monumento. Muito provavelmente, essa escadaria propiciava a concentração de pessoas que buscavam contemplar o monumento. Contudo, durante a realização deste trabalho não foi possível obter maiores detalhes acerca de tal fato.

Carro de Boi

Assim como o Obelisco, o Monumento Carro de Boi, conhecido popularmente como Carro de Boi, também foi inaugurado no mês de aniversário de Campo Grande, em agosto, no entanto, sessenta anos após o primeiro, no ano de 1995. Foi idealizado pelas artistas plásticas orientais Neide Ono e Maria Oshiro Tibana, construído durante a gestão do prefeito Juvêncio César da Fonseca e instalado na Praça dos Fundadores, esta última próxima ao Parque Florestal Antônio de Albuquerque, localizado no

cruzamento das avenidas Fernando Corrêa da Costa e Ernesto Geisel (Figura 4), também na área central da cidade.

FIGURA 4. Mapa indicando a localização do Monumento Carro de Boi (indicador na cor vermelha), no cruzamento das avenidas Fernando Corrêa da Costa (seta de cor azul) e Ernesto Geisel (seta de cor preta).



FONTE: Open Street Map.

O monumento é composto por um painel de granito preto que mede 10 m (L) x 5 m (A); sobre ele estão posicionadas peças metálicas com formas que remetem a um carro de boi, sobre o qual há a figura de uma mulher sentada e é guiado pela figura de um homem. No projeto original, as peças foram instaladas nos dois lados do painel e eram fundidas em alumínio e metal dourado (Figuras 5 e 6). No entanto, após obra de revitalização ocorrida no ano de 2021, capitaneada pela administração municipal em parceria com a iniciativa privada, estes objetos foram trocados por outros, com as mesmas formas — só que desta vez forjados em alumínio —, e foram instalados somente em um dos lados do painel.

FIGURA 5. Monumento Carro de Boi em sua versão original (lado A).



FONTE: Saul Schramm/MS Notícias. Data do registro: agosto de 2020.

FIGURA 6. Monumento Carro de Boi em sua versão original (lado B).



FONTE: Mário Bueno/Prefeitura Municipal de Campo Grande; Top Mídia News. Data do registro: janeiro de 2016.

O desenho instalado no monumento remete ao período de chegada das comitivas mineiras a Campo Grande, as quais investiram na atividade agropastoril como principal mecanismo de subsistência. Acredita-se que a localidade onde o monumento está instalado — na confluência dos córregos Prosa e Segredo — foi a área escolhida pelos “pioneiros” migrantes no passado para fixar moradia e passou a ser considerada, a partir do ano de 2018, o marco zero da cidade.⁶ A localidade marca o início da urbanização de Campo Grande.

O Carro de Boi também recebe outros três nomes: Monumento aos Pioneiros, Monumento aos Imigrantes e Monumento aos Desbravadores. De acordo com uma placa instalada em uma das laterais do painel, consta como nome oficial da obra “Monumento aos Desbravadores”. A data de sua construção gera controvérsia, pois na mesma placa na qual consta seu nome oficial é apontado o mês de agosto de 1995 como data de inauguração (Figura 7), porém, veículos de notícias e demais sítios eletrônicos comumente divulgam o ano de 1996 como data de sua construção.

FIGURA 7. Placa anexa ao monumento com informações sobre sua construção e inauguração.



FONTE: Henrique Kawaminami/Campo Grande News. Data do registro: agosto de 2021.

6 “Prefeito aprova Marco Zero em Campo Grande em frente ao monumento ‘Carro de Boi’”. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/prefeito-aprova-marco-zero-em-campo-grande-em-frente-ao-monumento-carro-de-boi>. Acesso em: 21 fev. 2022.

Essa obra artística remonta ao período de ocupação das terras planaltinas por comitivas mineiras que migraram para a região centro-sul brasileira. Vale destacar que a região hoje conhecida como Mato Grosso do Sul é fruto também de um movimento mais amplo de colonização pós-Guerra do Paraguai, em que os protagonistas eram povos oriundos das regiões sudeste (em sua maioria mineiros e paulistas) e sul (principalmente gaúchos) do país.

Ademais, a representação artística do boi retrata o gado, uma figura muito importante para o desenvolvimento socioeconômico de Campo Grande e do estado de Mato Grosso do Sul desde o início do século XX, utilizado no transporte, na alimentação, na produção de couro, entre outros. Efeito da atividade agropastoril, a circulação de importantes cifras pela região naquele período propiciou a formação de uma área urbana e o seu povoamento, com vistas a atender demandas de diversos sujeitos que passaram a transitar por ali, como boiadeiros, negociantes de diferentes espécies, fazendeiros, entre outros (REIS, 2002, p. 41-42).

O monumento Carro de Boi também resgata aspectos intrínsecos à formação da sociedade campo-grandense, como a ruralidade e as culturas rústica e caipira. Com isso, ele materializa a memória dos grupos que povoaram a região no passado e presentifica costumes, valores e ideais daquele período encadeados à identidade e à cultura locais ainda hoje, como a importância do labor rural para a economia e a valorização do estilo de vida caipira, expressada em aspectos como a culinária, a dança, a moda e a música.

Leituras possíveis dos monumentos Obelisco e Carro de Boi

Após descrever o processo de concepção do Obelisco e do Carro de Boi, elucidando alguns de seus possíveis significados, gostaríamos de pontuar brevemente aspectos que merecem atenção visando ao aprofundamento das nossas análises. Vale ressaltar que não há o intuito em sermos taxativos nas seguintes explicações e nosso interesse reside na exploração da complexidade que envolve aquelas materialidades e na sugestão de possíveis caminhos interpretativos.

Começamos pelo aspecto da matéria do monumento. Obelisco e Carro de Boi já passaram por revitalizações em diferentes momentos e isso demonstra que ações do tempo e intervenções humanas, tanto sobre o espaço como nos próprios monumentos, afetaram sua estrutura. Revela-se com isso que os monumentos enquanto materialidade da memória (ou memória materializada) são dotados de instabilidade, eles não permanecem intactos e imutáveis ao longo da história.

A visão que encara monumentos como matéria estável se assemelha à noção de memória que permeia as políticas de conservação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Brasil, respaldada por uma tese aristotélica sobre a memória (PATERMAN, 2015). Essa tese constitui a memória como “uma espécie de impressão que depende da sustentação em um suporte”, neste caso, “a estabilidade material dos monumentos” (FORTY, 1999 *apud* PATERMAN, 2015, p. 246). Paterman nomeia essa memória como “memória monumental”.

Contudo, a necessidade de constantes manutenções de um monumento nos mostra que essa matéria está em constante processo de (re)construção, (re)elaboração, o que permite indicar a instabilidade material dos monumentos. Diante disso, Paterman (2015) se baseia em outra noção de memória, chamada por ela de “memória cotidiana”, para a qual existe uma relação intrínseca entre memória e matéria, sugerindo que a primeira pode prescindir da estabilidade de um suporte material. O que a autora propõe, de fato, é que assim como diferentes fenômenos da vida social marcados pela dinamicidade e por frequentes mudanças, memória e matéria são igualmente suscetíveis a transformações e que isso não impede os trabalhos de rememoração, mas podem, ao contrário, suscitá-los (PATERMAN, 2015, p. 247).

Outro aspecto implícito nos monumentos analisados está relacionado à dicotomia indivíduo/coletivo. O Obelisco, apesar de possuir em sua estrutura a mensagem em que diz ser uma homenagem aos “Desbravadores”, retrata particularmente a figura de José Antônio Pereira como ícone do desbravamento local, tido, portanto, como uma espécie de representante das agrupações presentes na região, o que colocaria o indivíduo em posição de prestígio. O Carro de Boi, por outro lado, por meio de representações artísticas do homem e da mulher, parece lançar mão do núcleo familiar tradicional e, por conseguinte, da coletividade, como elementos cruciais para um grupo que se encontra em processo migratório.

Sendo assim, é possível visualizar a dicotomia indivíduo/coletivo refletida nestes monumentos e como isso pode expressar um jogo entre distintos projetos de sociedade. Se os monumentos também aparecem como instrumentos de formação social, identitária e cultural, o Obelisco estaria voltado à individualidade e à centralidade da figura masculina na representação coletiva; o Carro de Boi, por sua vez, focalizaria a coletividade e os valores familiares. Contudo, importa dizer que tal hipótese não descarta a possibilidade de esses projetos de sociedade terem, no decorrer do tempo, intercambiado entre si noções de mundo, valores e ideias.

Há, por fim, a questão do tombamento. O Obelisco foi o primeiro bem material a se tornar patrimônio cultural de Campo Grande, tornando-se um dos símbolos históricos e culturais da cidade, enquanto o Carro de Boi não compõe o rol de bens culturais tombados pelo município. Essa diferença suscita alguns questionamentos: se ambos os monumentos prestam homenagens, à sua maneira, aos “pioneiros”, “desbravadores”, por que somente um deles foi tombado? O bem material tombado, o Obelisco, tem maior representatividade para a sociedade campo-grandense que o Monumento Carro de Boi? Há aspectos políticos, econômicos, geográficos e sociais em torno da seleção de qual monumento passará à condição de patrimônio cultural?

Além dos questionamentos, essa diferença resvala em um terreno fértil que diz respeito às negociações e às tensões que orbitam processos de patrimonialização (VELHO, 2006). Apesar dos conflitos de interesses inerentes à seleção de monumentos a serem tombados, no plano geral, isso pode desvelar conflitos e tensões que também marcam a formação de uma sociedade e que podem ser vistos “como um constante e ininterrupto processo de negociação da realidade, com idas e vindas, recuos e avanços, alianças sendo feitas e desfeitas, projetos adaptando-se e alterando-se, com transformações institucionais e individuais” (VELHO, 2006, p. 246).

Manifestações políticas e ações transgressoras como formas de interação com o espaço e a memória

Nesta seção, abordaremos a interação da sociedade campo-grandense com os monumentos Obelisco e Carro de Boi, de modo a esboçar uma análise

da relação dessa população com o espaço e a memória. Apresentaremos a seguir eventos ocorridos a partir do ano de 2013 que podem ser considerados formas de interação entre pessoas e monumentos. Esses eventos giram em torno da realização de manifestações políticas no entorno do Obelisco e atos transgressores, como pichação e depredação, em ambos os monumentos.

Monumentos são materialidades que demandam uma intrínseca relação com o espaço e a memória. Eles se relacionam com as pessoas através de sua exposição pública e de atos que reivindicam o domínio sobre as memórias que suscitam e os espaços em que estão instalados. Podemos dizer que os monumentos constituem “lugares de memória” (NORA, 1993), responsáveis por sustentar ao longo do tempo um passado bastante específico, que “foi localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, diretamente, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar” (CHOAY, 2000, p. 16).

As memórias ligadas a um monumento são frutos de um conjunto de seleções, o que quer dizer que o arranjo discursivo que dá origem à memória coletiva é produto de recortes do passado, uma espécie de seleção de fragmentos históricos que poderão ser repassados às futuras gerações. Neste movimento encontra-se implícito o esquecimento como elemento intrínseco à constituição da memória (POLLAK, 1989), pois certas “partes do passado” são escolhidas para serem lembradas em detrimento de outras, que acabam por se perder no tempo.

De acordo com Fabre (2019, p. 16), citando Alois Riegl, os monumentos são materialidades que estimulam “a partilha de um sentimento de passado enquanto passado, o nascimento de um valor de coisas e de lugares que são percebidos como presenças do passado em nosso presente, na nossa atualidade”. Os vínculos que uma sociedade estabelece com o passado por meio das memórias constituem elementos simbólicos importantes para a construção da coletividade e do sentimento de pertença.

Essas materialidades podem, por exemplo, ser alvos de manifestações políticas, propiciando a concentração de grupos semelhantes que utilizam o monumento como palco para a exposição de discursos políticos e ideológicos. Vale lembrar que há vezes em que os próprios monumentos são alvos de críticas em razão das controvérsias históricas em que estão envolvidas as figuras que o monumento representa.

No caso campo-grandense, a partir do ano de 2013 verificou-se que o Obelisco serviu de palco para diversas manifestações políticas capitaneadas na maioria das vezes por grupos de espectros ideológicos convergentes (Figura 8).

De um modo particular, essas pessoas se utilizaram dessas mobilizações como meio de reivindicação para si do domínio sobre o monumento, sua memória e o espaço em que está inserido.

FIGURA 8. Manifestações políticas realizadas em torno ao Obelisco, registradas entre os anos 2016-2020.

Capital

Obelisco amanhece de verde-amarelo para nova manifestação

Por Paulo Yafuso | 30/04/2016 08:25

O Movimento Reaja Brasil realiza na manhã deste sábado (30) mais uma manifestação a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Será no Obelisco, que amanheceu coberto com as cores verde e amarela com a inscrição Reaja Brasil.

No convite distribuído à população assinam a convocação os movimentos Democrático Pró-Impeachment e Pátria Livre, trazendo a frase "Tchau Querida", que marcou a fase em que a Câmara Federal discutia o prosseguimento do processo de afastamento da presidente Dilma.

Durante a manifestação será feita adesivagem, ao som de um trio elétrico, com a participação da Fiems (Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul) e Maçonaria.

Como a Câmara Federal já aprovou o prosseguimento do impeachment da presidente

As mais lidas

Grupos convocam para ato em apoio à Lava Jato e projetos do governo

Organizadores de movimento realizam adesivagem no Obelisco; manifestação começa no local às 15h em direção à sede do MPF

Por Movimento Henrique e Rodrigo Araújo | 03/02/2018 10:00

JD1
NOTÍCIAS.COM

megaleilões
www.megaleiloes.com.br/ms

Área Urbana
50% abaixo do valor

POLÍTICA

Passeata de apoio a Bolsonaro na capital terá início no Obelisco

Apoiadores do presidente de todo o Brasil se mobilizam neste domingo

12 março 2020 - 17:05 Sarah Chaves

PRESIDENTE ESTAMOS COM VOCÊ

Manifestação pró-Bolsonaro em meio de 2020 (Pedro Almeida)

FONTE: Campo Grande News; JD1 Notícias.

A localização privilegiada na área central da cidade e a notável visibilidade do monumento, junto da relevância histórica e cultural que possui, são elementos que contribuíram para a propagação dos discursos que esses grupos buscaram expressar à sociedade naquele momento. Nestes casos, eles objetivaram inserir o monumento na composição de suas manifestações como um de seus agentes de comunicação.

O uso de elementos como bandeiras e vestimentas nas cores verde e amarela, discursos patrióticos e a defesa de valores conservadores demonstraram as concepções de mundo que essas pessoas possuíam. Ao lançarem mão destes símbolos, tinham como intuito imprimir pela cidade seus valores e ideais, difundindo um sentimento de pertença particular a uma parcela da sociedade.

No fundo, são práticas que buscam associar, de modo artificial, a totalidade da sociedade campo-grandense a preceitos difundidos por determinados grupos sociais. A reivindicação de símbolos históricos e memorialísticos aparece nesse contexto como um mecanismo de atualização dos sentidos do Obelisco a partir de demandas do presente.

Chama atenção o fato de que o monumento Carro de Boi não costuma aparecer nas matérias jornalísticas como alvo de manifestações políticas, assim como acontece com o Obelisco. Este trabalho não se ocupou em desvendar as motivações dessas diferenças, se limitando a sugerir que pesquisas futuras se debrucem sobre os usos políticos de monumentos com foco em grupos e movimentos organizados. Além disso, sugere-se que outras formas de interação com monumentos que não ganharam espaço no presente trabalho, como as comemorações festivas e religiosas e o turismo, também venham a ser abordadas em futuras produções.

Outra recorrente forma de interação da sociedade campo-grandense com os monumentos aqui analisados ocorre por meio de atos bastante controversos. Trata-se de pichações e depredações de monumentos, que configuram ações transgressoras e visam romper com a norma, sendo realizadas por pessoas que, geralmente, não divulgam abertamente suas identidades e que desejam comunicar ideias, valores e visões de mundo à sociedade.

Entre os anos de 2013 e 2016, tanto o Obelisco quanto o Carro de Boi foram alvos de pichação e depredação. O primeiro foi pichado por várias vezes durante o período indicado. Já o segundo foi alvo não só de pichações, mas também de depredações, quando foram retiradas peças que compunham o seu painel.

Veículos de notícias e a administração municipal regularmente classificam estes atos como “vandalismo”. Em diversas matérias jornalísticas, observou-se que as pessoas que realizam esses atos são regularmente chamadas de “vândalos” ou “criminosos”. Nas vezes em que o poder público ou representantes da população se pronunciaram nestes veículos de notícias, os argumentos recorrentes remetiam à falta de segurança na região em que os monumentos se encontravam, bem como ao apelo à punição das pessoas que praticavam os atos. Quando os argumentos dos protagonistas destas ações apareciam nos textos jornalísticos, isso ocorria por meio de agentes do poder, que falavam por eles.

Sobre as pichações em monumentos, são ações bastante conhecidas em diferentes partes do mundo e representam um movimento estreitamente associado a essas materialidades (GIUMBELLI, 2013, p. 8). No contexto latino-americano, há uma espécie de movimento continental em torno da releitura da memória e do passado através de ações transgressoras apontadas como “vandalismo” e esse movimento expressa uma luta contra a dominação histórica e ideológica do espaço público orientada por representantes do poder (LUKINOVIC, 2019, p. 12). Objetiva-se com isso repensar as diretrizes que orientam a espacialidade, bem como inaugurar um debate público em torno das memórias imortalizadas em monumentos.

No Brasil, há casos bastante conhecidos, como as pichações no Cristo Redentor (Rio de Janeiro), no Museu da República (Brasília), no Monumento às Bandeiras e na estátua de Borba Gato (ambos em São Paulo). Nestes casos, a pichação sempre acabou sendo condenada, dentre outras denominações, como “crime” ou “vandalismo”.

No caso campo-grandense, outros monumentos da cidade também já foram alvos de pichações, como o Relógio da 14 e O Aprendiz, além do Carro de Boi e do Obelisco. Em relação ao Obelisco, podemos observar na Figura 9 pichações que versam sobre diferentes conteúdos, como opiniões políticas, assinaturas de pichadores (conhecidas como *tag*) e expressões jocosas. Nestas situações, os autores desses atos parecem recorrer ao monumento como espaço de manifestação de ideias, inscrevendo-o em uma rede de comunicação e imprimindo sobre ele códigos específicos sobre suas impressões da realidade.

FIGURA 9. Pichações no monumento Obelisco, registradas entre os anos 2013-2014.



FONTES: Marcos Erminio; Cleber Gellio/Campo Grande News.

As três pichações apresentadas na Figura 9 resultaram de diferentes motivações. As formas da grafia, o conteúdo dos textos, as cores de tintas usadas, a posição escolhida no monumento para efetuar o ato, o momento em que o fato ocorreu, a quem se destina a mensagem da pichação. Todos esses aspectos são capazes de demonstrar a particularidade que possui cada uma das pichações.

Enquanto fenômenos urbanos, se consagram como formas de romper com a norma vigente e surgem como um possível caminho de diálogo com a sociedade. Conforme diz Lukinovic (2019, p. 14), monumentos não costumam suscitar o diálogo ou a transformação (do espaço, da sociedade e da cultura), pois foram erguidos com o intuito de perpetuar o passado e servirem como instrumento de poder.

Portanto, classificar como vandalismo as pichações seria uma forma de os ocupantes do poder e seus semelhantes silenciarem pessoas que lançam mão especificamente deste instrumento de comunicação social

para exprimirem suas concepções de mundo. A escolha do Obelisco pelos autores das pichações como instrumento de comunicação pode sugerir que, independente do conteúdo da pichação, seus realizadores partilham um sentimento de pertencimento à cidade e o interesse comum de repensar a forma como se dão as relações das pessoas com o monumento. A ação sugere que as pessoas podem criar vínculos com os monumentos e o espaço através de ações transgressoras.

Este ponto é central justamente porque contribui para pensar sobre os usos da cidade e de seus ocupantes, ressaltando, por exemplo, um processo de reivindicação de acesso à cidade, entre o pertencimento e a exclusão em suas memórias espalhadas pela urbe, que carregam distintas visões de mundo. Cerceados em expor democraticamente sua presença, tais atos postos como transgressores são deslegitimados sem o entendimento do encontro nestas “fissuras” como uma forma de pertencer, contestar, que geralmente é distinta daquelas disseminadas por grupos dominantes. Partindo desse pressuposto, os pichadores do Obelisco reclamam o direito de interagir com o espaço público por meio do tensionamento de convenções sociais que ordenam as relações locais. Parecem ser movidos pelo interesse de romper com a ideia de que os monumentos são bens materiais intocáveis e estáveis, além de provocar a sociedade a debater a função daquelas materialidades no mundo contemporâneo.

Vale ressaltar também que os efeitos da pichação somente ocorrerão mediante um formato de vandalismo que controle a intensidade de sua destruição, visando preservar em grande parte a integridade do monumento. Ao ser pichada, a estrutura arquitetônica do Obelisco não se encontra totalmente comprometida, pois precisa estar de pé para comunicar à cidade os conteúdos das pichações. A ameaça ao monumento gira em torno, portanto, da estabilidade da teia de significados que atravessa o monumento; da permanência das memórias às quais remete; da manutenção das identidades construídas ao redor das representações de passado que evoca.

Já no caso do Carro de Boi, observou-se casos de pichação e de depredação do monumento. Diferentes peças que compõem seu painel foram retiradas ao longo dos últimos anos e as ações também foram classificadas como vandalismo pela mídia local e pelo poder público. Ao contrário dos eventos ligados ao Obelisco, que envolvem manifestações políticas e pichações, as remoções de peças do Carro de Boi apresentam um vandalismo que almeja a descaracterização material do monumento, resultando na sua destruição parcial ou total (Figura 10).

FIGURA 10. Monumento Carro de Boi após ser alvo de pichações (à esquerda – registro realizado em dezembro de 2015) e da retirada de peças com o compõem (à direita – registro realizado em outubro de 2020).



FONTE: Adriel Mattos/G1 MS; Marcos Maluf/Campo Grande News.

Observa-se, em comparação ao Obelisco, que a pichação no Carro de Boi é disforme e não apresenta caracteres nítidos. As peças retiradas do painel que lhe dão forma modificam seu desenho artístico e (re)inauguram um monumento descaracterizado. Nota-se, na figura à direita, que ele fora acometido por ações do tempo, indicando haver ausência de intervenção do poder público no que tange à preservação do monumento.

Vale salientar que a ação de depredação que modifica a forma do monumento pode ter sido realizada por pessoas com problemas financeiros, que vislumbraram a possibilidade de adquirir uma renda realizando a comercialização das peças metálicas. Ainda que sem indícios empíricos que comprovem tal hipótese, o possível fato lançaria luz sobre as desigualdades que atingem a sociedade campo-grandense, tendo uma parcela de sua população como oportunidade última de sobrevivência o cometimento de atos de transgressão à lei.

No presente trabalho, não constitui foco de análise se nestes casos as pichações são polidas ou não, se possuem ou não uma mensagem explícita; o que importa é o efeito deste mecanismo de comunicação na sociedade em relação aos monumentos. Sobretudo, o que está em jogo é a leitura do espaço urbano produzida por essas pessoas e como suas ações manifestam críticas às formas de organização do espaço e da sociedade (GIUMBELLI, 2013, p. 8).

Em geral, ações como estas constituem uma espécie de ameaça, pois intervêm diretamente no bem público. Com isso, nas situações em que

um monumento se encontra em perigo, antes da sociedade que se sintam igualmente ameaçados procuram, através da coletividade, mecanismos de defesa do bem comum.

Cada ataque sofrido por esses monumentos suscita a comoção da sociedade local, que reage reivindicando ações de defesa e de restauração. Essa comoção gira em torno de um resgate e da proteção de um passado “que se torna nosso, que é percebido enquanto bem comum, no momento breve e raro em que uma comunidade se constitui para reencontrá-lo, defendê-lo, intacto em sua beleza comovente, em sua força de coisa fora do tempo” (FABRE, 2019, p. 17).

Outro ponto a ser destacado é que se os monumentos estão constantemente ameaçados pela destruição e, após cada ataque realizado, uma defesa se dará por meio da restauração. Com isso, é possível dizer, seguindo os caminhos indicados por Giumbelli (2013), que as ambivalências ataque/defesa — ou destruição/restauração — fazem parte da existência dos monumentos.

A administração local estimula a sociedade a preservar os monumentos através do atendimento a suas demandas acerca do policiamento e da punição dos autores dos atos transgressores. Soma-se a estas estratégias para a preservação dos monumentos o turismo, por meio do qual o poder público visa criar um ambiente de aproximação da sociedade com os monumentos, a fim de conscientizá-los acerca da importância daquele bem material para a memória e a história da cidade.

Os fenômenos citados também trazem à tona uma reflexão sobre a relação entre sujeitos e objetos. Se a materialidade se concebe enquanto expressão de valores simbólicos de uma sociedade, torna-se imperativo refletir sobre como interagimos com os objetos materiais ao nosso redor, tendo como foco suas implicações nos campos da memória e do patrimônio.

Pesquisadores de diversas áreas do conhecimento (como antropologia, arqueologia, história, museologia e sociologia) têm produzido reflexões focadas em como as pessoas se utilizam dos objetos para inscrever em sua realidade ideais, conceitos, valores e noções ligados à sua cultura. Deste modo, investigar como se dá a relação de uma sociedade com suas materialidades (moradias, joias, roupas, ornamentos corporais, ferramentas, meios de transporte, itens de coleção, monumentos, entre outros) possibilita “entender a própria dinâmica da vida social e cultural, seus conflitos, ambiguidades e paradoxos, assim como seus efeitos na subjetividade individual e coletiva” (GONÇALVES, 2005, p. 6).

A sociedade global agregou ao senso comum a ideia de que a matéria, pensada enquanto objeto, deve ser considerada como mercadoria que integra uma rede de trocas comerciais (KOPYTOFF, 2008), conferindo-lhe um caráter utilitarista. No caso de monumentos, como o Obelisco e o Carro de Boi, podemos trilhar outro caminho para refletir sobre eles. É possível partir de uma proposta que se encontra no bojo de apontamentos elaborados por Kopytoff⁷, voltada a entender as complexidades das materialidades e os agenciamentos de que são capazes perante a organização do espaço e da dinâmica da vida social.

Neste sentido, aquilo que entendemos por objeto — seus usos e desusos, formas de construção e, até mesmo, de destruição — resulta de um processo de categorizações e classificações inerentes a qualquer sociedade, cujo intuito é sistematizar a relação entre sujeito e objeto no desenrolar da vida social (GONÇALVES, 2005). Tal sistematização das materialidades pode variar de acordo com a matriz cultural, o que indica sua plasticidade, estando propensa a constantes transformações. E quais seriam as causas das transformações por que passam os monumentos?

Foi possível observar até aqui que diferentes são as causas que acarretam transformações materiais e ressignificações simbólicas dos monumentos: ações do tempo, práticas de preservação/restauração, manifestações políticas que reivindicam seu domínio e intervenções percebidas como ações transgressoras. A despeito das particularidades de cada fenômeno, todos eles contribuem com as mudanças sofridas pelas materialidades analisadas neste trabalho. Considera-se, como já foi mencionado em outro momento, que os monumentos se encontram em constante (re)construção e que podem ser vistos como “uma matéria instável em transformação” constante (PATERMAN, 2015, p. 250).

Se um monumento pode, então, apresentar certa instabilidade, o que poderia ser dito acerca das possíveis ameaças à sua integridade? Seriam uma forma de transformação controversa a partir da sua instabilidade?

A destruição de monumentos e patrimônios possui diversas nuances e pode ser visualizada em diferentes partes do globo (FABRE, 2019 [2002]; GIUMBELLI, 2013; GOYENA, 2013; LATOUR, 2008; LUKINOVIC, 2019). Entre uma agressão ao monumento e sua restauração, se observam tensões e conflitos entre quem almeja destruí-lo, propondo sua “reinvenção”, e quem pretende restaurá-lo, com o objetivo de conservar tudo aquilo que aquela materialidade representa, sem o mínimo risco de mudança.

Casos como os que foram aqui explicitados podem ser classificados como transgressões, iconoclastia, vandalismo, catástrofe, tragédia, entre outros. Em comum, expressam reconfigurações da dinâmica social de forma extremada a partir de uma intervenção imediata em símbolos da memória. Esses fenômenos suscitam debates, por exemplo, sobre o domínio do espaço público por instâncias de poder e a ocupação da cidade por grupos que se percebem às margens da sociedade (LUKINOVIC, 2019).

Como mecanismo de controle da instabilidade dos monumentos, as políticas de preservação aparecem para evitar o esquecimento daquelas materialidades pela população e valorizar a memória que carregam, buscando revitalizar obras arquitetônicas a fim de manter o passado intacto no tempo presente.

Entretanto, se o esquecimento faz parte da construção da memória, os monumentos também podem ser alvos de seus efeitos. Conforme disse Robert Musil, romancista do início do século XX, “os monumentos”, paradoxalmente, “são máquinas para criar o esquecimento. Presentes sob o olhar, mais do que qualquer outra edificação, são frequentemente tornados invisíveis por esse excesso de presença” (FABRE, 2019, p. 10).

É possível sugerir que através de atos inusitados, como manifestações políticas e atos transgressores, determinados grupos da sociedade propiciem à sociedade uma oportunidade de reconexão com seus monumentos, com seu passado e com sua memória. São ações dotadas da capacidade de ativar diversas camadas simbólicas, como as emoções, a memória, o sentimento de pertencimento. O efeito dos atos considerados vandalismo seria, de forma torta, recolocar o monumento no centro de discussões realizadas no tempo presente acerca de sua relevância para a sociedade.

Em tempo, importa dizer que ampliar o olhar analítico sobre atos como a pichação e a depredação, buscando ir além de discursos que apenas os criminalizam, permite compreender que:

Estas manifestaciones están a la par de las transformaciones sociales y urbanas en las que los ciudadanos buscan, en la medida de sus posibilidades, ser partícipes de su entorno y de generar cambios que permitan la actualización y resignificación de referentes, en pos del reconocimiento de sí mismos y de sus comunidades en el espacio que habitan (LUKINOVIC, 2019, p. 16).

Considerações finais

Neste trabalho, buscou-se analisar o estabelecimento de bens patrimoniais e monumentais em Campo Grande/MS e a relação da sociedade campo-grandense com o espaço e a com memória, evidenciando as disputas pelo domínio do espaço público e as instabilidades que constituem as materialidades da memória.

Os monumentos construídos nessa cidade fazem parte de um conjunto de materialidades da memória que possibilitaram a perpetuação de valores e ideias das sociedades do passado no tempo presente, pois o monumento, enquanto matéria, tenderia a permanecer intacto ao longo dos anos. Com isso, essas materialidades foram pensadas de modo que também pudessem produzir pessoas no futuro.

Entretanto, o Obelisco e o Carro de Boi apresentam certa instabilidade intrínseca à existência de monumentos, pois, enquanto lugares da memória, estão suscetíveis a constantes transformações. O modo de ser campo-grandense sofreu alterações durante o tempo e isso se expressa na forma como as pessoas lidam com os monumentos no presente. Interagir com essas materialidades resulta na busca por discutir a dinâmica do espaço público, além da reinserção dos monumentos e da memória na atualidade.

Ao contrário do que se pensa, manifestações políticas em torno de monumentos e, especialmente, atos como pichação e depredação, discutidos neste trabalho, são realizados por pessoas que se sentem parte da sociedade em que vivem. Essas pessoas lançam mão dessas ações como recursos para reivindicar seu direito à cidade.

Os ataques aos monumentos da cidade devem ser discutidos e formas de prevenção podem ser adotadas. Contudo, por trás destes ataques não parece haver um sentimento de rejeição ou apagamento da memória campo-grandense, mas um movimento de repensar o passado de acordo com as tramas que marcam o presente.

Os atos de pichação e depredação empregados nos monumentos analisados são veiculados sempre de maneira depreciativa e repressiva, como atos que visam sujar a cidade, desrespeitar figuras do passado, além de almejar o descumprimento de regras e o cometimento de crimes. Ao classificá-los dessa forma, a mídia e o poder público locais silenciam os discursos neles implícitos, reforçando o domínio do espaço público que esses setores possuem.

Por fim, conforme sugere Danziger (2014):

Em vez de uma limpeza institucionalizada e mecânica após cada pichação, poderíamos, quem sabe, viver performances coletivas de apagamento dos signos indesejados e que talvez, assim, desencadeassem novas experiências, sentidos e possíveis configurações para os desafios do “ser-em-comum” (DANZIGER, 2014).

Portanto, os atos de vandalismo realizados em monumentos apontam, como diria a autora, para “formas tortas” de busca por cidadania, além de terem a capacidade de reinserção do passado e da memória no debate público contemporâneo. São pessoas atravessadas pela dinâmica da cidade e pelas transformações da sociedade, mas que se sentem provocadas a imprimir pela cidade suas leituras sobre ela, ainda que seus atos tenham sua legitimidade questionada e sejam classificados como ataques à normalidade e a uma memória histórica.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE. A arquitetura na história de Campo Grande. Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande-MS, Campo Grande: ARCA, n. 12, p. 3-21, 2006.

CHOAY, Françoise. Monumento e monumento histórico. In: CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Lisboa: Edições 70, 2000. p. 11-27.

DAL MORO, Nataniél. A cidade de Campo Grande nas adjetivações de autores memorialistas. Estudos Históricos [on-line]. Uruguai, n. 15, p. 1-18, 2015. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/15/eh%201501.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

DANZIGER, Leila. A invisibilidade dos monumentos. Revista Cult, n. 197, 2014. Disponível em: <https://www.leiladanziger.net/single-post/2014/12/15/A-invisibilidade-dos-monumentos-Cult-197-dezembro-de-2014>. Acesso em: 18 jan. 2022.

FABRE, Daniel. Catástrofe, descoberta, intervenção ou o monumento como evento. *Revista Memória em Rede, Pelotas: UFPEL*, v. 11, n. 21, p. 8-19, 2019.

GIUMBELLI, Emerson. O Cristo pichado. Sacralidade e transgressão de um monumento urbano. *Ponto Urbe [on-line]*, n. 12, 2013, p. 1-16. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/pdf/586>. Acesso em: 22 jan. 2022.

GONÇALVES, José Reginaldo S. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 60, p. 5-25, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo S. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução. In: TAMASO, Izabela M.; LIMA FILHO, Manuel F. (Orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012, p. 59-73.

GOYENA, Alberto. O sorriso irônico dos Budas: demolição e patrimônio no vale sagrado de Bamiyan. In: GONÇALVES, José Reginaldo S.; BITAR, Nina P.; GUIMARÃES, Roberta S. (Orgs.). *A alma das coisas: patrimônio, materialidade e ressonância*. Rio de Janeiro: Mauad X – Faperj, 2013. p. 19-46.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008. p. 89-121.

LATOUR, Bruno. O que é iconoclash? Ou, há um mundo além das guerras da imagem? *Horizontes Antropológicos*, v. 14, n. 29, p. 111-150, 2008.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996, p. 462-476.

LUKINOVIC, Jonathan. La guerra de los monumentos en América Latina: iconoclasia y vandalismo en el siglo XXI. *Revista Temas. Cultura, Ideología y Sociedad [on-line]*, Havana: Ediciones Caribe, n. 99, p. 12-19, 2019.

MARQUES, Rubens M. da Costa. Tombamento, Patrimônio Cultural e o Acervo ARCA. *Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande-MS, Campo Grande: ARCA*, n. 12, p. 28-29, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História, São Paulo: PUC/SP*, n. 10, p. 7-28, 1993.

PATERMAN, Rachel. A vida de um monumento: arquitetura, memória e transformação. *Revista Antropolítica*, Niterói: UFF, n. 38, p. 245-269, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REIS, Aparecido F. dos. Campo Grande: a formação da sociedade local e o desenvolvimento de sua identidade cultural. *Interações*, Campo Grande, v. 2, n. 4, p. 41-49, 2002.

SANTOS, João H. dos. Obelisco de Campo Grande. *Arquivo Histórico de Campo Grande* [on-line], 2020. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/artigos/obelisco-de-campo-grande/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

WEINGÄRTNER, Alisolete Antonia dos Santos. Campo Grande. O impulso do desenvolvimento nas rotas de gado, nos trilhos do trem e nos caminhos do Mercosul. *Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande-MS*, Campo Grande: ARCA, n. 5, p. 3-9, 1995.

ENVIADO EM: 30/03/2022
APROVADO EM: 28/08/2022